

**Lei n. 1.024, de 20 de dezembro de 2021.**

*"Dispõe sobre a autorização para celebrar convênio com o sindicato rural, efetuar repasses, firmar compromisso de cooperação técnica e ceder bens públicos Municipais em comodato para fins de prevenção e combate a incêndios no Município de Edéia e dá outras providências necessárias."*

**O PREFEITO MUNICIPAL** da cidade de Edéia-GO:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar CONVÊNIO com o Sindicato Rural de Edéia, inscrito no CNPJ sob o nº 03.812.534/0001-00, para atendimento dos anseios dos cidadãos e agricultores deste Município ao que tange a prevenção e combate a incêndios, através de:

**I** – Realização de repasses financeiros, mensais e com valores variáveis, a depender dos custos do plano de trabalho a ser apurado mês a mês, cujo valor total do convênio tratado no *caput* será de até R\$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais), e vigorará o exercício do ano de 2022;

**II** – Celebração de compromisso de cooperação técnica entre a Prefeitura, Sindicato e Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás;

**III** – Cessão, através de comodato, em favor do Sindicato Rural, 04 (quatro) caminhões pipa, 01 (uma) kombi, bem como demais bens necessários ao combate e prevenção de incêndio.





§1º. O Repasse financeiro de que trata o inciso I deste artigo, será realizado pelo Município ao Sindicato, e se destina a subsidiar a contratação de 02 (dois) motoristas e até 06 (seis) Brigadistas de incêndio que exercerão na forma desta Lei, sob a supervisão do Sindicato, as atividades necessárias para fins de prevenção e combate a incêndios no âmbito do Município, bem como manutenção dos bens cedidos e compra de materiais;

§2º. O compromisso de cooperação técnica de que trata o inciso II será motivado pelo Poder Executivo municipal, e visará a obtenção do apoio da Secretária de Segurança Pública do Estado através do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBM-GO) em caso de incêndios ocorridos no município.

§3º. Os bens públicos cedidos que trata o inciso III ficarão sob a responsabilidade do SINDICATO, e correrão por conta deste o cuidado, guarda, limpeza, manutenção e reparos decorrente do uso, exceto os gastos com combustível, devendo estes ser devolvidos no mesmo estado em que foram disponibilizados ou recebidos, ressalvado o desgaste natural.

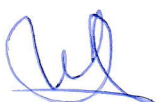
**Art. 2º.** O sindicato deverá adotar as medidas para contratar, remunerar, suportar os direitos trabalhistas, dar treinamento, coordenar os trabalhos desenvolvidos, e administrar a atividade de brigada de prevenção e combate a incêndios no âmbito rural do Município de Edéia, que não irá gerar qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal.

**Parágrafo único** – Para os fins desta Lei, a brigada de incêndio é um grupo organizado de pessoas treinadas para atuar na prevenção, abandono e combate a início de incêndios ou a incêndios dentro de uma área preestabelecida.

**Art.3º.** Para os fins desta Lei considera-se:

**I** – Combate a Incêndio: Conjunto de ações táticas, destinadas a extinguir ou isolar incêndios com uso de equipamentos manuais ou automáticos;

**II** – Plano de Segurança contra incêndios: Conjunto de ações e recursos internos e externos que permitem controlar a situação de incêndio;





**III – Prevenção de Incêndio:** Conjunto de medidas destinadas a evitar o aparecimento de um princípio de incêndio ou de mitigar seus efeitos, e, no caso de ele ocorrer, facilitar o combate para evitar sua propagação, além de ações coordenadas de recuperação de áreas ou de outras medidas preventivas.

**Art. 4º.** São objetivos da Brigada de Combates e Prevenção a Incêndios:

**I – Da prevenção:**

- a) Realizar levantamentos de áreas de riscos para compor mapas de zonas de perigo;
- b) Registrar e construir (quando necessário) pontos de coletas de água para futuros combate a incêndios florestais nas áreas de riscos;
- c) Elaborar planos de construção e manutenção de aceiros;
- d) Realizar queima controlado quando necessário. Devendo neste caso, ser elaborado plano de queima, nos moldes exigidos pelos órgãos de meio ambiente e com licença para sua realização;
- e) Elaborar campanhas de educação ambiental, visando sempre a realidade de cada região no município, associando-se sempre a todos os eventos regionais;
- f) Cuidar da manutenção e guarda das ferramentas e equipamentos de proteção a incêndios – EPI's;
- g) Recuperar áreas de preservação permanente, com foco em nascentes, através de supervisão da Secretaria de Meio Ambiente, com ações de plantio, manutenção de áreas recuperadas, limpeza, tanto em área urbana quanto rural.

**II- Do combate a incêndios e queimadas:**

- a) A brigada será acionada quanto ao evento de sinistros florestais e queimadas de lavouras e, imediatamente enviar reforços necessários, apoio logístico e ferramentas de EPI's solicitados;
- b) A cada ocorrência deverá ser registrado todos os dados possíveis para o banco de dados, principalmente em relatório.





**III- Da recuperação de áreas queimadas:**

- a) A brigada juntamente com a secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deverá elaborar com sua equipe, plano de recuperação contando com o apoio de toda instituição;
- b) A Brigada irá procurar os recursos necessários para a realização do projeto de recuperação, privilegiando sempre as áreas ciliares, sob a supervisão da Secretaria de Meio Ambiente;
- c) O trabalho de recuperação quando realizado em áreas particulares deverá ser solicitada a autorização ao proprietário.

**IV – Pró-atividade:**

- a) Apoio a solicitações do Corpo de Bombeiro;
- b) Buscas e salvamentos em situações de riscos extremos;
- c) Apoio a operações de contenção de substâncias químicas;
- d) Resgates de fauna.

**Art. 5º.** Brigada será composta por pessoas habilitadas para prevenir e atuar em caso de incêndios que deverão frequentar um curso de formação franqueado pelo Sindicato Rural de Edéia ou pela administração municipal, conforme NBR 14.023, de dezembro 1997, observado, no que couber o disposto na ABNT NBR 14.276/2006.

**Art. 6º.** O sindicato deverá realizar processo de escolha para a contratação dos brigadistas, dando a mais ampla publicidade ao processo, em que deverá ser exigido como critérios básicos para seleção dos candidatos a brigadistas:

- I** – Participar do curso ofertado e obter aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento), o qual deverá ser devidamente comprovado;
- II** – Possuir robustez física e boa saúde;
- III** – Ser maior e capaz;
- IV** – Possuir bom conhecimento da zona rural do município;





**Art. 7º.** É de inteira responsabilidade do Sindicato as obrigações trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias provenientes das contratações dos brigadistas, nos termos desta Lei.

**Parágrafo Único** – Fica o Sindicato obrigado, durante toda a vigência do convênio, prestar contas ao Município e à Câmara de vereadores, inclusive comprovando o pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, devendo o valor repassado serem compatível com o número de brigadistas contratados.

**Art. 8º.** O prazo do CONVÊNIO é de 01 (um) ano contado da assinatura da celebração, podendo ser renovado por Termo Aditivo.

**Art. 9º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a ser definida e posteriormente aprovada.

**Art. 10.** O Poder Executivo regulamentará esta lei.

**Art. 11** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE EDÉIA**, Estado de Goiás,  
aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, 133º da República.



**José Wagner Neves de Andrade**  
Prefeito Municipal